



SEMINÁRIO

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO BASE PARA A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ESTADO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

Maria Lucia Frizon Rizzotto (relatoria)

Maria Gabriela Monteiro (relatora)

Grazielle Custódio (relatora)

Lucia Paiva (relatora)

Este texto sintetiza as apresentações e discussões realizadas durante o ‘Seminário Democracia e Participação Popular como base para a construção do modelo de Estado, sociedade e desenvolvimento’, realizado pelo Cebes nos dias 17 e 18 de outubro de 2014, no Rio de Janeiro – Brasil. Esse seminário é parte da preparação para o ‘*XIII Congreso Latino-americano de Medicina Social y Salud Colectiva*’, a ser realizado pela Alames (Asociación Latino-americana de Medicina Social), de 22 a 26 de novembro de 2014, em San Salvador – El Salvador.

A mesa de abertura contou com a participação de Ana Maria Costa (Presidenta do Cebes), Nila Heredia (Alames) e Oscar Feo (Alames). A presidenta do Cebes deu início ao Seminário reafirmando o papel dessa entidade como interlocutora da Alames no Brasil. Segundo a presidenta, o “Cebes é Alames” e, por isso, tem o compromisso de levar ao XII Congresso uma sistematização da contribuição brasileira sobre a temática proposta. Todas as mesas do Seminário foram organizadas de forma a refletir os eixos do Con-

gresso e, ao final, o objetivo foi construir, com a participação de todos, um documento político contendo as contribuições brasileiras. Segundo Ana Costa, o Seminário representa também um momento de reconhecimento e agradecimento a salvadorenha María Isabel Rodríguez por sua incansável luta pelo direito à saúde. O representante da Alames, Oscar Feo, sintetizou a proposta do Seminário em três componentes fundamentais: 1º) a alegria de receber María Isabel Rodríguez, uma das figuras mais importantes da saúde pública, precursora do pensamento crítico em saúde na América Latina; 2º) um componente democrático que nos remete ao momento de redemocratização brasileira — o Congresso da Alames celebrará 30 anos de luta pelo direito à saúde na América Latina e nesse processo, Oscar Feo considera que o Brasil teve um papel fundamental, visto que o Sistema Único de Saúde (SUS) representa um patrimônio do País para a América Latina e, por isso, a pressão privatizadora traz tanta angústia para eles; 3º) um componente de conjuntura política. Nesta semana está em jogo o destino não só de Brasil, do SUS, mas também do modelo social em América Latina. O resgate de uma política integral é fundamentalmente necessário, segundo o representante da Alames. Papel fundamental da luta pelo direito à saúde, uma luta da construção do próprio modelo social.

A primeira mesa de debates, coordenada por Ana Maria Costa (Cebes), teve como temática central: 'Estado, democracia e direitos sociais na Latino América: enfrentando o neoliberalismo'. Nela, Eduardo Fagnani (Unicamp) apresentou uma discussão buscando responder ao questionamento sobre 'O que está em jogo na realidade política continental'; Cristiani Machado (Ensp/Fiocruz) tratou das 'Possibilidades para a ampliação dos direitos sociais no Brasil'; María Isabel Rodríguez (ex-ministra da saúde de El Salvador) apresentou a reforma sanitária de seu país, dando ênfase ao tema da participação social e Nila Heredia (Alames) abordou o tema 'Perspectivas de enfrentamento do neoliberalismo nos governos democráticos contemporâneos'. Essa mesa teve como debatedores: Paulo Buss (Fiocruz) e Oscar Feo (Alames). Eduardo Fagnani iniciou suas considerações destacando quatro ideias principais. A primeira se refere ao fato de a América Latina estar caminhando em uma marcha forçada rumo ao modelo liberal residual de proteção social. Para o economista, o Brasil está em um momento crucial: dependendo dos debates, a ida para o modelo residual será mais forte ou mais fraca. A

segunda ideia se refere aos governos pós-liberais — os governos latino-americanos conseguiram avançar, alguns, inclusive, dizem que os governos são pós-liberais, mas para o palestrante, na essência, continuam liberais. Em seguida, falou da existência de uma confusão conceitual, em que as esquerdas abraçaram as teses neoliberais e dizem que são suas. Por último, a quarta ideia debatida se refere ao fato de que, para ele, perdemos a batalha da comunicação. Fagnani entende que não é possível pensar em América Latina sem pensar em um projeto estrutural. Até os anos de 1970 havia um controle do Estado sobre o privado. Foi a era do Estado de Bem-estar Social, a época dos direitos. Isso acabou, depois de 1975, com a vitória da ideologia liberal, do individualismo. A esfera pública perdeu espaço. Não tem Estado, é o mercado desregulado, abertura financeira, câmbios flutuantes e um Banco Central Independente, em que um grupo de tecnocratas decide sobre o núcleo das políticas econômicas. Trouxe ao debate os seguintes questionamentos: que tipo de política social é possível neste contexto? Sistema único de saúde universal é uma utopia porque custa caro? Há uma única política possível? Sistema focalizados? Para Fagnani, não está havendo de fato uma preocupação com a população. Os governos estão preocupados com o ajuste fiscal. Vivemos no momento do capital financeiro, afirmou o economista. Querem privatizar saneamento, saúde e até transporte público. A ideia que tem prevalecido é promover políticas que focalizam os pobres, o Estado só teria que cuidar dos pobres eleitos por ele, quem não é pobre vai para o mercado. Esse é o quadro apresentado por Fagnani e, segundo ele, é contra isso que devemos lutar. Ressalta que a crise de 2008 representou um fracasso desse modelo. Foram 30 anos de capital financeiro desregulado. O Estado teve que salvar o capitalismo dos capitalistas, e ao final, o que aconteceu foi que o neoliberalismo ficou ainda mais forte. Para Fagnani, o conceito de Piso Básico de Proteção Social, visto como o novo consenso global, introduzido em 2008 e 2009 depois da crise, um consenso entre G8, G20, FMI e Banco Mundial, representa na verdade o mesmo conceito do Piso Social dos anos 1990, acesso à atenção da saúde essencial e a uma seguridade mínima de ingresso em favor de todos. O economista considera que os programas focalizados devem ser parte de uma estratégia mais ampla. O Bolsa Família custa apenas 0,5% do PIB. Considera também que estamos transformando a política social em política de transferência de renda. O fato de se deixar de passar fome não significa que se deixou a pobreza. Não adianta

dar só dinheiro, tem que ter serviços públicos universais. Outro conceito questionado por Fagnani é o da classe média. A mensagem subliminar por trás é que se as pessoas entraram na classe média agora querem produtos privados. O governo brasileiro fez o documento 'Voz da Classe Média'. Mas, que classe média é essa? A classe média começa a partir de 100 dólares por mês. Comentou que outros autores, como Sonia Fleury, tratam de forma mais crítica esse conceito. Outra questão levantada foi a da comunicação: segundo ele perdemos a comunicação, perdemos a ideologia. O neoliberalismo foi muito mais competente que nós. Temos que começar a pensar de novo em uma nova estratégia, um modelo maior. O economista não vê outra alternativa senão ampliar a discussão para mais pessoas do Brasil e América Latina. Disputar conceitos. Por que uma política universal de saúde é melhor que uma saúde privada? Entende que é necessário repensar quais são as bandeiras da esquerda que caminham no sentido de uma sociedade mais junta e igualitária. Acredita que não vamos resolver os problemas da saúde sem pensar a questão do crescimento econômico, geração de emprego, pensar na justiça tributária. Seria necessária, portanto, na visão de Eduardo Fagnani, uma reflexão: pensar em agendas que recolorem a questão do desenvolvimento, projetos nacionais de restauração que passem pelo Estado. A questão do neoliberalismo é avassaladora, ganhou os corações. O setor privado não vai resolver a questão da desigualdade social na América Latina. Temos que voltar a pensar em projetos de transformação social mais amplos.

O segundo tema de debate foi apresentado por Cristiani Machado, que propôs tratar das possibilidades para a ampliação dos direitos sociais no Brasil como uma perspectiva de luta política e não como cenários. Ela partiu de três pressupostos: primeiro, como enfrentar tensões de conflitos políticos e sociais; segundo, democratização e eleições de governos de esquerda fundamental para a redução da pobreza e desigualdade e terceiro, pós-neoliberalismo, como um termo otimista. A partir desses pressupostos, a pesquisadora da Fiocruz apresentou três perspectivas que, segundo ela, não são necessariamente excludentes. 1ª) Perspectiva Expansionista e Incremental — ênfase na expansão de cobertura e gastos e em inovações em programas sociais específicos. A base política são atores governamentais e sociais. Nessa perspectiva, pode-se lograr mudanças incrementais que po-

dem vir a ter sucesso em longo prazo. Os limites são as tendências à ênfase nos avanços evolucionista e as limitações substantivas dadas pelos imperativos mais gerais do capitalismo. 2ª) Perspectiva Desenvolvimentista — ênfase na tentativa de retomada de desenvolvimento de projetos de longo prazo. Há uma valorização da retomada do papel do Estado na indução do desenvolvimento. A base política desse debate são os economistas de esquerda. Entre as perspectivas desenvolvimentistas, a primeira é o neoestruturalismo latino-americano (a CEPAL, por exemplo), uma alternativa ao dogmatismo neoliberal. O discurso nessa perspectiva tem uma expressão na saúde, com uma aposta do complexo tecnológico da saúde. O limite seria a escassa consideração de conflitos de poder. A segunda perspectiva é o social desenvolvimentismo, que põe ênfase no mercado interno e no papel do Estado na distribuição de renda e alocação de investimentos. Nessa perspectiva, a integração ocorre pelo mercado de consumo e a política social é a valorização do salário mínimo, incentivo ao crédito e transferências financeiras. Quanto aos limites, do ponto de vista da política social não colidem com a mercantilização da proteção social. Na terceira e última perspectiva, entre as desenvolvimentistas, está o desenvolvimentismo do século XXI (proposto por Evans), que considera necessário pensar em outro enfoque para o desenvolvimento. Essa perspectiva foca a valorização dos serviços públicos e propõe pensar na autonomia inserida no Estado. Este, para produzir política pública, tem que aprimorar seu diálogo social. Faz-se uma aposta grande no diálogo, na participação sobre os rumos do desenvolvimento. 3ª) Perspectiva Estado Social — ênfase no papel do estado social de estender os direitos sociais e evitar a privatização, entendida como expansão dos padrões individualizantes do mercado. Há um fortalecimento das estruturas voltadas para o interesse coletivo e redução da desigualdade. Propõe-se pensar em novas coalisões políticas, novas bases de diálogos e de argumentos; uma discussão de um estado social em uma perspectiva mais ampla, que envolve valores éticos de igualdade e luta por ampliação dos serviços públicos. Há a necessidade de articulação com os movimentos sociais, que tipo e como ampliar a escala disso com outros atores estratégico. O limite dessa perspectiva está nas desigualdades estruturais, neoconservadorismo versus novas demandas sociais.

A doutora *honoris causa* María Isabel Rodríguez iniciou sua contribuição ao debate lembrando do esforço de todos aqueles que há décadas lutam pela reforma sanitária, alegando que uma caída no Brasil significaria um retrocesso para todos países da América Latina. Tratou da reforma sanitária em El Salvador, focando no tema da participação social. Segundo a salvadorena, em seu país a luta política no conflito armado permitiu o desenvolvimento de algumas questões importantes no âmbito da saúde. Houve uma estruturação e organização da população na época do conflito armado, fazendo com que se desenvolvesse uma ampla participação social. Foi a organização das comunidades que impulsionou também, segundo María Isabel Rodríguez, a educação popular. No entanto, ressalta que essas formas de organização não foram reconhecidas pelos poderes históricos. O fundamental era a participação social e a tomada de decisão coletiva, em que todos e todas assumiam compromissos; tudo sem contar com o suporte nacional. Conta que no período do pós-guerra o país assistiu a um intenso ativismo. A participação na saúde hoje ocupa espaço importante em El Salvador. Já não é uma luta camponesa, ela foi implantada como eixo da política. Afirma, porém, haver contradições, já que estão lutando em uma situação em que vários organismos sociais passaram a ver a participação como negócio. María Isabel afirma que estamos em uma posição de conservadorismo e, por isso, alerta para o fato de que a participação pode estar nesse momento em sério perigo e acredita que a Alames e o Cebes possam jogar um papel importante no sentido de envolver a comunidade, de incorporar em uma atividade séria de conscientização. Alerta também para o fato de que a esquerda perdeu milhares de pessoas nessa luta, companheiros que apesar de pensarem que estão dizendo o mesmo, não estão. Segundo a doutora *honoris causas*, se a América Latina pretende alcançar um novo modelo de Estado e de desenvolvimento será necessário chegar mais próximo das pessoas.

Nila Heredia, ao abordar o tema 'Perspectivas de enfrentamento do neoliberalismo nos governos democráticos contemporâneos', trouxe um questionamento sobre que tipo de governos contemporâneos estamos nos referindo? Segundo a representante da Alames, podemos dividir os governos contemporâneos de América Latina em dois grandes grupos: de um lado, a democracia conservadora, como o caso de México, Colômbia e Peru, que são go-

vernos que aderiram à lógica capitalista neoliberal, alinhados ao capitalismo de dominação; de outro, os governos mais democráticos, como Venezuela, Equador e até mesmo Brasil. Questionou-se: Qual a alternativa destes governos? E qual as alternativas aos governos neoliberais? Que tipo de propostas e políticas estão fazendo esses governos? Segundo Nila, o Brasil é uma referência, depois de Cuba, de um sistema de saúde que provém da luta social. Considera que o neoliberalismo apresenta-se em um momento em que a população está cansada de tantas promessas, cansada da pobreza, da privatização de empresas nacionais e dos serviços sociais. Comenta que em alguns países da América Latina chegaram a pensar que o neoliberalismo desapareceria a partir da expulsão de presidentes neoliberais, porém o neoliberalismo continua existindo. Os sistemas convivem e se negam. De acordo com Nila, não conseguimos um poder, uma estrutura para combater o monstro do poder, que é global. O neoliberalismo se estende até a impregnação de um modelo de vida. Desse modo, a sociedade vem convivendo ao mesmo tempo com os dois modelos. Há caudilhos como Hugo Chávez, outros como Evo Morales. Entretanto, os sindicatos de operários e proletariado hoje se encontram em uma situação que tratam somente de não perder o trabalho. A capacidade de luta dos sindicatos está debilitada. O proletariado não é aquele proletariado forte de antes. Persiste com o pensamento operário, porém as estratégias mudaram. Para Nila, os movimentos sociais são hoje um conjunto de uma população cansada, que não tem claras suas estratégias, não existe uma estratégia definida de tomada de poder. Quando entra no governo se dá conta de que a estrutura não permite fazer mudanças da noite para o dia. A mudança é um processo que se tenta construir ao mesmo tempo que convive com opositores a ela, seria como “dormindo com o inimigo”. Sendo assim, levanta o seguinte questionamento: qual seria a possibilidade para países como os nossos em uma América Latina que parece ter uma espécie de desenvolvimento independente? Qual a posição contra-hegemônica? Um problema importante para Nila é a falta de gestão, a debilidade enorme na gestão pública. Outro é a debilidade da formação política e a corrupção. Além desses, alega que se queremos tomar o poder, necessitamos de líderes. Há, portanto, a necessidade de construir novos paradigmas que, na visão de Nila, deve ser a partir dos movimentos sociais. Segundo a representante da Alames, a participação popular não serve se essa participação não cria poder popular. Vai depender de compreender

como se constroem poderes populares. Precisamos de um novo poder popular para um novo modelo de desenvolvimento.

Como debatedor dessa mesa, Paulo Buss fez um comentário geral sobre as discussões apresentadas levantando um novo questionamento: o que nós da academia estamos fazendo com os movimentos populares? O que estamos fazendo com as lideranças no governo? Estamos criando comunidades epistêmicas, um movimento forte que, no caso brasileiro, foi o que produziu mudanças? A resposta dada por Paulo Buss foi que hoje não estamos produzindo esse movimento. Há uma chamada para retomarmos esse processo, para que possamos construir aquelas bases que, ao olharmos para trás, foram as novidades não só no sistema legal como no impulso inicial do SUS. Comentou sobre as teses políticas do Cebes e a importância de que esse material chegue aos trabalhadores e seja discutido por eles. Afirma ser necessária a construção de uma frente política que una os profissionais de saúde, trabalhadores, parlamentares que defendam nossas posições, uma frente política como a que já tivemos. Acredita que o documento apresentado pelo Cebes possa nos levar a uma tese hegemônica, na qual podemos construir e eleger movimentos que nos represente. Torna-se necessário pensar em estratégias dessa maneira, além da construção de grupos internacionais. Acrescenta ainda que não podemos esquecer de temas de desenvolvimento sustentável, que discutam também o plano global, já que sobre esse tema está em jogo o destino do planeta. Segundo Paulo Buss, é preciso um olhar coerente. Criar frentes que unam acadêmicos e movimentos políticos.

Oscar Feo, também debatedor dessa mesa, retoma a fala de Eduardo Fagnani corroborando a ideia de que a direita arrancou as bandeiras da esquerda. Alega que ao mesmo tempo que eles fazem isso, nós estamos fazendo políticas focalizadas. Não só se apropriaram do nosso vocabulário como também nos ditam as políticas. Há uma ofensiva da direita para recuperar o poder que perdeu por algum tempo na América Latina. Para o representante da Alames, o desafio é como transitar desde o que recebemos de um Estado autoritário não participativo para transformá-lo. O que estamos fazendo desde a academia para que o conhecimento seja um palanque de movimento social? Afirma que um dos problemas centrais que temos hoje é que só podemos avançar se conseguirmos construir um projeto nacional, um projeto

de país que defina o que é desenvolvimento. Acredita que a construção de um projeto político que nos una de novo, a construção de um outro mundo, é possível.

Após a fala de Oscar Feo, abriu-se o debate aos demais participantes do evento. Levantaram-se questionamentos sobre o consumismo (o fato da população ter mais acesso ao consumo, porém estar mais endividada); sobre o segundo turno das eleições, no qual alertam para o fato dos dois projetos em disputa colocarem em jogo a nossa realidade e, por isso, não confundir o cumprimento da tarefa eleitoral com a aceitação de políticas focalizadas; sobre a 15ª Conferência Nacional de Saúde, a necessidade de que a conferência seja para além dos conselheiros e delegados e que traga diretrizes novas para a saúde. Sobre esse tema, o diretor do Cebes, Heleno Rodrigues Corrêa, informou que já estão ocorrendo pré-conferências temáticas, mas está havendo uma dificuldade muito grande de mobilização. Segundo Heleno, muitas coisas estão em jogo, como, por exemplo, o papel dos sindicatos, que hoje defendem os planos de saúde e a questão dos transgênicos. Acredita que são muitas as reivindicações e poucas as propostas de mudança. Também questionou-se sobre onde foi possível avançar e onde nos falta avançar? Onde está a alternativa? Projetos sociais com participação popular devem enfrentar o modelo que privatiza a saúde e a natureza. Necessidade de pensar um novo modelo de desenvolvimento e enfrentar o tema do consumismo. Para Thiago Silva (mestrando da USP), no Brasil, estamos em um momento diferente do que está ocorrendo em América Latina. Evo Morales acaba de ser reeleito com 60% dos votos e nós estamos no Brasil a um fio de perder o que conquistamos nos últimos anos. Qual o desafio de construir políticas antineoliberais? Thiago acredita que o que está colocado é a necessidade de construção de força, por isso, vamos ter que enfrentar esse parlamento, vamos ter que enfrentar essa coalizão. A tarefa hoje é construir forças. Se o pensamento crítico que vem da academia não voltar a ser hegemônico, vamos perder para esse modelo que está imposto. G. Argueta fez intervenção questionando sobre o que é ser revolucionário hoje? Para ele, ser revolucionário passa por ser anticapitalista. Na sua opinião, o que parece estar em crise atualmente é o fato de não ser o poder popular que controla o Estado, e sim o Estado que está controlando o poder popular. Manda o governo e o povo obedece. Por isso, a necessidade de pôr em serviço a cons-

trução do poder popular real. Para Rafael Gonzales, estamos diante de um ponto decisivo novo. Vemos muitos avanços, mas também muitos problemas. Há pelo menos três pontos decisivos que devem ser destacados, na sua opinião: primeiro que a esquerda acreditou que poderia tomar o Estado e não considerou que o Estado pudesse transformá-la — o Estado tem um conjunto de regras que fazem com que muito facilmente as pessoas que ocupam os cargos sigam essas regras. Ao invés da esquerda controlar o aparato, o aparato controla a esquerda. O segundo ponto decisivo é o problema da propriedade, se seguirmos a lógica de que o desenvolvimento somente é possível se entrar nas áreas estratégicas. O terceiro é o questionamento sobre se é possível ou quanto é possível um novo modelo de desenvolvimento na América Latina. Para concluir, Eduardo Fagnani destacou três pontos importantes: o que aconteceu na América Latina foi o que possibilitou um comércio internacional favorável, crescimento da economia, crescimento do emprego, redução da pobreza, que segundo a Cepal foi devido ao aumento do trabalho e não das políticas focalizadas. Para o economista, o Bolsa Família foi importante, mas dizer que o sucesso do Brasil foi por causa do Bolsa Família reduz a importância de outras políticas. Pergunta ainda: quem é o ator que vai fazer essas transformações? Para ele, os partidos políticos que tradicionalmente cumpriram esse papel já não podem fazer essa transformação. Os sindicatos também perderam, deixaram de encarar essa realidade. Outro ponto levantado foi a questão cultural e a fragmentação dos movimentos sociais. Segundo ele, os movimentos sociais cresceram, mas estão altamente fragmentados, por isso temos que avançar na questão desses movimentos na sua união. Além disso, outro problema no caso brasileiro é o Congresso: como fazer Reforma com um Congresso extremamente conservador, do agronegócio, extremamente vinculado às igrejas? Há uma crise mundial dos partidos políticos. Essa mesa de debate foi encerrada com a fala de Nila Heredia (coordenadora geral da Alames), que questionou sobre qual é esse outro projeto capaz de enfrentar o capitalismo? Na opinião de Nila, o Brasil tem enorme peso nesse processo. Se o Brasil perde, a Bolívia terá que fortalecer sua revolução. Acredita que a revolução é do continente, pois hoje estão em desenvolvimento uma série de agressões a nossos países. Os meios de comunicações são o inimigo mais importante.

No espaço caracterizado como 'Comunicação', Anamaria Tambellini (Fio-cruz) trouxe dados sobre a 'Comissão da Verdade da Reforma Sanitária: uma iniciativa por democracia na saúde'. A comunicação foi coordenada por Nila Heredia (Alames). Para Anamaria Tambellini, como tudo no Brasil é lento e gradual, a descoberta de que estávamos perdendo nossa memória histórica também foi lenta e gradual. Anamaria relatou como surgiu a ideia de se criar Comissões da Verdade no Brasil. Segundo ela, aos poucos foi-se percebendo no Brasil que as leis e a anistia foram muito generosas com quem praticou a ditadura. No governo Dilma, finalmente essa consciência se firmou em torno da Comissão da Verdade. Até então, não se falava sobre o que ocorreu com as pessoas nas cadeias, sobre como foram torturadas e mortas. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil, a Lei 12598/2011, examina e esclarece as violações de direitos humanos praticadas pelos agentes do Estado, considerando a ditadura militar e empresarial, pois foram eles que financiaram a ditadura e tinham dentro de seus negócios locais de tortura contra seus funcionários, além de denunciarem os que eram contrários à ditadura. Com a Resolução 4, de 17/09/2012, houve a abertura das comissões locais. Existem dois tipos de informações para trazer à tona a verdade: materiais registrados, que hoje se encontram no Arquivo Nacional, pois os militares não destruíram os arquivos, eles se encontram agora digitalizados; e a pesquisa oral que é realizada através de depoimentos com aqueles que foram violados ou seus familiares. Para a criação da Comissão da Verdade no Brasil foram aproveitadas diversas experiências de Comissão da Verdade, principalmente no modelo da África do Sul. A Comissão da Verdade da Reforma Sanitária é voltada para os trabalhadores da saúde, para investigar as violações de direitos humanos praticados por agentes de Estado contra trabalhadores da saúde — de modo a dividir as informações com entidades que compartilhem dos mesmos objetivos e princípios; e com a sociedade brasileira, de modo a contribuir para um projeto de sociedade de fato democrática e justa — e também dos profissionais e instituições de saúde que colaboraram com a ditadura. Os objetivos específicos são identificar e caracterizar os trabalhadores violados e as consequências desse processo na vida, trabalho e saúde do trabalhador e sua família, devido aos relatos de suicídio e depressão. Segundo relata Anamaria, havia uma hipótese de que alguns trabalhadores de saúde não só auxiliavam na tortura, produzindo laudos falsos, como também formavam uma grande rede, usando até o hospi-

tal, para seguir com a tortura sem matar o torturado até obter todas as informações que pudessem. Alega que essa questão se tornou a mais importante, pois descobriram que em todos os hospitais da Forças Armadas isso era realizado, inclusive em Hospitais Universitários. Também realizavam intervenções cirúrgicas sem anestesia. Os chefes de hoje negam isso, negam inclusive acesso a documentos. No Rio de Janeiro, há um trabalho com o Fórum dos Movimentos Sociais, estão fazendo uma cadeia grande para troca de informações e trabalhos. Há também uma pesquisa na região do Araguaia e expedições na região do Amazonas, principalmente no Pará, onde descobriram também a enorme quantidade de pessoas que foram mortas através de arma biológica. Também foram identificados os grupos de resistência que atendiam famílias de clandestinos, que tinham medo de usar qualquer serviço, pois poderiam ser torturados para que esses clandestinos fossem atendidos. Esses grupos existiam em Ribeirão Preto, Rio de Janeiro e em outras partes do País. Segundo Anamaria, foi difícil saber quais médicos usavam sua profissão para auxiliar na tortura. Comentou também que apesar de terem criado um sistema *online*, ninguém faz um depoimento através desse sistema. Considera uma pena, pois seria possível conhecer diversas histórias, visto que é um sistema seguro, as informações são secretas e tem todo um cuidado ético. Acredita que ou as pessoas têm medo de fazer um depoimento *online*, ou acham que não é importante, ou quem foi torturado não está muito ligado em tecnologias. O trabalho da Comissão da Verdade têm como princípios: procura da verdade e coragem para enfrentar o passado; postura democrática e transparência; solidariedade; escuta e valorização da voz dos violados; rigor no tratamento das informações; princípios das éticas de pesquisa e do direito. São realizados eventos, nos quais se discutem as questões que estão sendo descobertas com relação aos profissionais de saúde. Segundo Anamaria, outra coisa que ficou evidente é que o sistema de repressão penetrou todos os espaços. A USP era um celeiro de dedos-duros, professores denunciando outros, chefes denunciando subordinados através de cartas assinadas. Havia pessoas que apareciam como recursos humanos da Ditadura. Conforme relata Anamaria, a CNV está possibilitando um acesso que não imaginávamos que tínhamos. As pessoas não querem escrever, elas querem ser ouvidas. Dentro da CNV, constituíram um grupo específico para trabalhar o que acontece hoje, relacionado à violação dos direitos humanos. Também está sendo verificada, junto a Fiocruz, a

possibilidade de fazer um 'museu' da história da ditadura, para que todas as informações coletadas fiquem salvas. Para Anamaria, uma questão séria é que todo o aparelhamento militar da ditadura ainda existe e militares continuam sendo formados sobre como torturar para obter informações. Com a Lei da Anistia, seguem fazendo isso sem medo de serem questionados judicialmente. Os juízes estão arquivando todos os processos sobre esse tema. É uma ferida sangrenta, os depoimentos dizem isso, especialmente dos filhos, é uma dor muito grande, pois isso aterrorizou as pessoas. Informa que muitos companheiros da saúde foram para a guerrilha, mas muitos também ficaram e foram presos por somente manifestar oralmente seu contraponto, um deles é David Capistrano. Nila Heredia faz o comentário de que alguns companheiros possam estar se perguntando "mas por que mexer nestas coisas antigas?". Esse é um tema político e não diretamente ligado a questões médicas. Nila informa de que a Argentina já tem aproximadamente 700 ditadores presos, mas no Brasil não. Acredita que temos que recordar para que nunca mais ocorra. Apesar de isso tudo estar ocorrendo tarde, 50 anos depois, é extremamente importante que seja feito.

A segunda mesa de debates, coordenada pela presidenta do Cebes, Ana Maria Costa, teve por título 'Participação popular e perspectivas para a política e a democracia'. Nela, Sonia Fleury abordou o tema 'Desafios para a democracia brasileira'; Oswaldo Silva (Ampasa) 'Representação política: análise do caso Brasil'; e José Moroni (INESC) 'Uma Reforma política necessária'. Os temas foram debatidos por José Leon Uzcátegui (Alames). As intervenções tiveram início com a fala de José Moroni destacando o papel fundamental que o Cebes vem desempenhando como ponte entre saúde e diversos outros temas, o que justifica a sua participação no seminário para tratar da participação popular e reforma política. Em sua intervenção, Moroni tratou de apresentar a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, que, segundo explica, teve sua origem em 2004 quando vários movimentos organizaram o seminário 'Os sentidos da Democracia e da Participação', com o objetivo de avaliar os espaços institucionais de participação, como conselhos e conferências. Posteriormente, outros seminários e um amplo debate foram realizados e, dentro das novas estratégias para ampliar a democracia e participação, ficou consensuado que a Reforma Política seria o tema escolhido para concentrar as ações desse grupo de organi-

zações nos próximos 10 anos, com a ideia de discutir o contexto da reforma não apenas como regras da eleição, como entendido por muitos, mas sobretudo pela regulação das questões do poder. Comenta que a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político foi estruturada em cinco grandes eixos: 1º) fortalecimento da democracia direta; 2º) fortalecimento da democracia participativa/deliberativa; 3º) aperfeiçoamento da democracia representativa; 4º) democratização da informação e da comunicação; e 5º) Democratização e transparência do poder judiciário. Para cada eixo há um conjunto de estratégias. Para o eixo 2º, o trabalho resultou na Política Nacional de Participação Social. Para o eixo 4º, há um envolvimento com a lei de acesso às informações públicas, que não dá garantia da informação do Estado. Para o eixo 5º, estamos organizando oficinas para discutir o tema e para os eixos 1º e 3º a estratégia é a iniciativa popular. A Constituição Federal brasileira prevê três mecanismos de participação direta: plebiscitos, referendos e iniciativa popular. Moroni explica que o plebiscito e o referendo deveriam poder ser chamados pela população, mas não é isso que ocorre, somente o Parlamento pode chamar a população para votar, o que reproduz o sistema eleitoral. Apesar de ser um instrumento de democracia direta, está todo nas mãos do Parlamento. No que trata da iniciativa popular, é necessário 1% de assinaturas de eleitores (em torno de 1 milhão e meio), para entrar no Parlamento ele não tem nenhum rito próprio. Somente para considerar o quanto é difícil, para abrir um partido político é necessário que se tenha 400 mil assinaturas, assim, para ter um direito político garantido, é necessária a força de três partidos políticos. Segundo relata Moroni, há, portanto, um problema sério de concepção do que seriam esses instrumentos. A Plataforma conseguiu avançar em alguns aspectos, como: elencando um conjunto de questões que só poderiam ser decididas através de instrumentos de iniciativa direta; e impedindo o parlamento de alterar o conteúdo essencial da iniciativa popular, a lei de iniciativa popular somente pode ser alterado por outra lei de iniciativa popular. No que trata da democracia deliberativa, a questão central diz respeito ao financiamento público exclusivo e não exclusivo e ao subfinanciamento de representação de alguns grupos no Congresso, como mulheres, negros e povos indígenas. Informa que de acordo com os resultados dessas eleições parlamentares houve um fortalecimento das representações conservadoras, especialmente do agronegócio e das religiões. Outra questão que a Plataforma está auxiliando é o processo

de plebiscito popular por uma constituinte exclusiva para a reforma política. Houve formação de grupos de consulta popular em todos os estados, foram coletas assinaturas na internet e na rua. Segundo Moroni, eles estão tratando dessa questão porque a CF/88, extremamente avançada em alguns aspectos, especialmente os direitos sociais, não é tão forte em outros, como o sistema político. Informa que existe todo um debate sobre se é possível realizar uma constituinte exclusiva. Alega, porém, que a preocupação deles não é jurídica, e sim política. Sabem que essa proposta só existe frente a uma insatisfação generalizada com o sistema político e avaliam que estamos em um momento de descrédito total de nossas instituições: partidos políticos, sindicatos, Congresso. É um movimento que está aglutinando diversas entidades e realizando um trabalho de base diretamente com a população. De acordo com Moroni, estamos vivendo um momento de conservadorismo, cuja sustentação é o ódio, e o ódio aos avanços sociais que vivemos nos últimos anos. É dentro desse processo que eles estão levando essas propostas de plebiscito e constituinte exclusiva, mas informa que tudo isso está suspenso até o fim das eleições, pois a candidatura de Aécio representa o oposto de todas as propostas, já que defendem o voto distrital e a liberação de financiamento empresarial de campanha.

O segundo debate da mesa foi apresentado por Oswaldo Silva, da Ampasa, que tratou o tema da representação política fazendo uma análise do caso brasileiro. Segundo Oswaldo, temos um país federado, onde a União é hipertrofiada em relação aos estados e municípios, com estes dependendo de seus recursos. No papel somos uma democracia representativa e na prática ela tem uma série de graves defeitos. Imaginou-se que a democracia representativa seria um instrumento possível para representar milhares de pessoas em um congresso pequeno, porém, podemos melhorá-lo ou pontuá-lo para a democracia direta. Oswaldo afirma ser impossível abdicar de uma democracia representativa para uma exclusivamente direta, mas acredita que alguns assuntos poderiam ser tratados por meio desta. Explica, porém, que hoje temos os partidos políticos, os programas dos partidos e os candidatos. Nesses programas todos defendem a saúde pública, todos têm um capítulo sobre este tema. No Congresso há uma base governista, via coalizão, para poder ter maioria. Essa base é a maior força para a geração de leis. O mais interessante, segundo o representante da Ampasa, é que o fracasso dos

programas políticos dos partidos criou um fenômeno interessantíssimo: as frentes parlamentares, em razão das pessoas votarem em pessoas e não nos partidos. Assim, os eleitos se reúnem de acordo com assuntos de interesse. Só na área da saúde existem 12 frentes parlamentares que têm como substrato o tema da saúde. São elas: a frente integral em defesa da saúde do homem, saúde do trabalho, saúde holística, em defesa dos ACS, em defesa da saúde da mulher, em defesa da vida e contra aborto, apoio às santas casas, apoio às cooperativas de saúde, entre outras. Vários deputados estão em várias frentes, inclusive antagônicas. Levanta o questionamento sobre: como imaginar uma votação coerente? Ademais, como se dá a influência da população no Congresso? Oswaldo explica que a influência no Congresso se dá através do lobby e que existem diferentes tipos de lobby: profissional (via empresas), ou públicos (assessorias parlamentares), ou institucionais (das empresas privadas). Há os lobistas que estão lá para cuidar do SUS, mas há também aqueles que estão unicamente para uma patologia. Já no quadro do Poder Executivo, a influência deveria ser via programa do partido, mas existe incoerência entre o que está no programa do partido e o que é de fato executado pelo governo. Questionou ainda sobre: Qual é a participação popular nisso? Afirma que quase nenhuma, somente através do voto, ou partindo para os lobbies. Como podemos empoderar mais a democracia direta? Segundo Oswaldo Silva, temos que considerar a impossibilidade de se abdicar da democracia representativa e encontrar soluções que conciliem democracia representativa e democracia direta.

Sonia Fleury discorreu sobre o último tema de debate da mesa 'Desafios para a democracia brasileira', iniciando sua intervenção com trechos do documentário Movimento Hip Hop. Segundo Sonia Fleury, o tema da política está muito além das instituições. No seu entendimento, a democracia não pode ser vista somente por suas instituições, é um processo de reconhecimento e inclusão daqueles que estão fora e dos temas que estão renegados às esferas privadas. Explica que todos os países, por mais democráticos que sejam, têm seus mecanismos de exclusão. Há sempre mecanismo de exclusão e inclusão na democracia. Por isso, deve ser pensada como um processo que compreende a materialização de instituições de poder. A democracia tem um componente coercitivo, os que não têm um consenso têm que se submeter. A democracia é também a permanente possibilidade de conflito nessa arena

política e um processo de subjetivação, de construção de um sujeito que não está contemplado. Quando se constitui esse sujeito ele passa a reclamar seus direitos. Fleury colocou o seguinte questionamento: se a democracia é um processo de institucionalização, subjetivação e constitucionalização, eu me pergunto quais são os sujeitos que vão transformar esse processo? Construimos esse sujeito coletivo ou vamos chegar com um projeto sem sujeito? Quem vem antes? Nesse contexto, afirma que a direita já passou a apoiar a Reforma Política, pois viram que podem se tornar protagonistas do processo. Essa é uma questão de definição que acredita termos que tomar. Em sua fala, Sonia Fleury retoma também alguns temas que foram debatidos nas mesas anteriores. Comenta a questão dos juristas dizerem que não é possível fazer uma constituinte exclusiva, o que para Sonia é muito preocupante, pois acredita que corremos o risco de perder os direitos sociais que temos garantidos, se abirmos toda a Constituição Federal. Fala também da relação entre capitalismo e democracia, do fato de alguns defenderem que é impossível existir concomitantemente os direitos sociais com uma economia mais socialista e os direitos de liberdade. Na sua opinião, o que há hoje é uma forte disputa pelos fundos públicos: se serão usados para o capital financeiro (pagamento da dívida pública, juros) ou para financiar os direitos sociais. Essa é uma disputa que está posta mundialmente. Nas áreas metropolitanas isso é mais visível que em outras áreas, onde essa questão traz bastante discussão, como na questão ambiental, que não se sujeita à lógica financeira, e na questão social, na qual querem vender os direitos sociais. Segundo Fleury, estamos vivendo um processo chamado de pós-democrático, porém com práticas pré-democráticas, com os financeiros das campanhas fazendo Parcerias Público Privada (PPP) e recebendo de volta o dinheiro que investiram. Isso não tem nada de democrático. Temos também movimentos contrários a essa lógica, mas não vinculados a nenhuma instituição, no campo do pós-democrático. Sobre o tema do desenvolvimento, discorre acerca do fato de o modelo neoliberal colocar todas as questões abaixo da economia, como se o desenvolvimento econômico fosse superior ao desenvolvimento humano e ambiental. Questionou sobre como podemos enfrentar essas questões? Para Sonia Fleury, o enfrentamento se dá pela pressão popular aos governos; pela forte mobilização popular. Com relação à participação, não concorda com o conceito utilizado atualmente sobre instituições participativas, no qual a participação se transforma em procedimento

e não em sujeito político. É importante, segundo Fleury, entender o que concebemos sobre participação; é preciso revisitar esses instrumentos, e perguntar-se que capacidade têm de controle. Em dez anos, os conselhos que apoiavam os secretários mais inovadores agora apoiam igualmente a todos. É preciso pensar se estamos colocando mais ênfase na instituição do que nos atores. Na sua opinião, a capacidade de discutir é mais importante que a de que consentir, de gerar consenso, pois gera algo novo. A classe média, por exemplo, nos últimos anos cresceu através das políticas governamentais sem serem politizadas, isso resultou em algumas pessoas acharem que o seu avanço foi por mérito próprio, sem reconhecer as políticas do governo. É preciso pensar como interpelar essas pessoas politicamente. Por outro lado, há também o sujeito periférico, pessoas que estão se ressignificando a partir do orgulho de ser periférico, orgulho de onde moram, de sua própria estética, suas próprias músicas. Isso para Fleury é uma ruptura, quebram a ideia de consenso. Um exemplo são os 'rolezinhos', que estariam roubando o espaço da classe média, por isso a ampla revolta a sua existência, inclusive com repressão policial. Há também o sujeito rede, os que foram às manifestações em junho; individualizado, mas ligado virtualmente. Essas pessoas podem ser extremamente conservadoras e violentas. Também tem a classe médica tradicional que hoje assume o seu posicionamento político.

O debatedor, José Leon Uzcátegui, da Alames, iniciou suas considerações questionando sobre o tema da participação, quem decide? Trouxe uma reflexão sobre a importância de avaliarmos que podemos ter chegado ao poder, porém não temos o poder. Segundo relata, na Venezuela existem cinco leis que regulam a participação social em um marco regulatório que o Estado decide. Dessa forma, para participar é preciso estar regulado, tendo então, na sua opinião, um governo burguês com uma capa de revolucionário. Também fez um questionamento sobre: como permitir aos excluídos, incluir-se? O representante da Alames entende que isso tem a ver com a participação popular, sem a qual não é possível existir democracia. Por isso, o considera um tema político e não técnico, relacionado à luta de classes. Entende como participação popular o povo consciente e organizado, participando e tomando decisões em todos os níveis de governo ou federação. Não são políticas para as pessoas, mas políticas que se fazem com as pessoas, senão, na sua opinião, não é participação popular.

Após a fala de José Leon Uzcátegui, abriu-se a palavra ao público. Foram levantadas questões como: a necessidade de tratar mais a fundo a luta de classe; a necessidade de reorganizar as bases frente ao contexto apresentado nas palestras e como isso poderia ser feito; repensar o papel dos Conselhos de Saúde que parecem ter se tornado um microssistema do parlamento; a importância de mobilizar a população como uma estratégia para lidar com a questão do lobby, com a “compra de votos”; a importância de articular também com outros movimentos populares; pensar mais no local; como entender a individualização da sociedade?; Como podemos criar uma arquitetura política para entender o que os movimentos de junho queriam para desenvolver nos processos democráticos? Como resposta a algumas das questões levantadas, Sonia Fleury falou das contradições do sujeito popular, entendidos como sujeitos excluídos da participação de poder. Segundo Fleury, existem antagonismos. Quem está excluído quer ser incluído individualmente. “Ao invés de criarmos um estado de *Welfare* estamos criando um estado de *Warfare*. Estamos tratando essas pessoas na base da penalização. A sociedade está muito mais preocupada com o direito à segurança individual do que com o direito social coletivo. Os sujeitos estão altamente fracionados. Precisamos avaliar que sociedade é essa e a correlação de forças existentes”.

A terceira mesa de debates, coordenada por Heleno Correa (Cebes/UnB), teve como título ‘Desenvolver para que e por quê?’ Carlos Ocké (Cebes/Ipea) abordou o tema ‘Capitalismo e desenvolvimento social: aliança possível?’; José Noronha (Alames), ‘Desenvolvimento, justiça social e sustentabilidade’ e Joaquim Piñero (MST), ‘Alternativa de desenvolvimento na perspectiva do MST’. Foram debatedores: Alexandre Saco (Alames) e Pedro Celestino Pereira (IBDE). Segundo o economista, Carlos Ocké, a política econômica brasileira precisa enfrentar o problema do próprio financiamento público. Ocké questionou sobre qual é a mediação possível numa perspectiva de transição socialista. Acredita que um caminho seria dizer que não existe como mediar, outro caminho aponta para a mediação em um sentido de construir um processo anticapitalista. Nessa perspectiva, propõe discutir dois casos: o do *Welfare State* e o caso do Brasil. Para Ocké, o caso sueco, e sua falência hoje, traz alguns elementos para reflexão: local onde existia um modelo de pleno emprego. Não importa se hoje a Suécia não faz parte do G-

20 ou se hoje o partido socialista não faz mais parte do parlamento. Comenta que no Chile os socialistas formaram uma frente que ganhou as eleições de 1938 até 1947, por pressão norte-americana, no início da guerra fria e ressalta a necessidade de retomar as experiências de Aliende na perspectiva de enfrentamento do neoliberalismo e da estrutura de poder. Outra questão que, segundo Ocké, lhe parece fundamental é que, apesar da multiplicidade de sujeitos criados pelo Capitalismo, a polarização ainda reside entre trabalhadores e donos do capital. Essa correlação de forças é um pressuposto fundamental para passar de uma cidadania restrita a ampliada. A política social seria também uma política neokenyana.

A segunda intervenção nessa mesa de debate foi realizada por José Noronha, que tratou o tema do desenvolvimento, justiça social e sustentabilidade. Segundo Noronha, os países latino-americanos que mais reduziram desigualdade foram Equador, Brasil e El Salvador, por meio de um desenvolvimento que busca autonomia. Para Noronha, o capital tem pátria e se chama EUA. O capital é internacional, mas a maior parte é norte-americana. Quem garante são eles, com suas forças armadas, com a hegemonia da imprensa, da música, dos filmes. Acredita que não há crise para o capital: mesmo com a dita crise de 2008, os ricos estão mais ricos, inclusive no Brasil. Está ocorrendo redistribuição de renda, de forma suave, mas também o fortalecimento dos ricos. Diante desse fato, pergunta por que todo um movimento da mídia para tirar Dilma e o PT do poder? Segundo Noronha, Venezuela e Brasil são estratégicos na questão energética, com o petróleo, além do fato de o Brasil ser a sexta maior reserva de urânio e a primeira reserva mundial de nióbio. Entende que a questão é energia, essencialmente. Informa que existe uma reserva muito grande de nióbio na Amazônia, não explorado ainda. Acredita que os EUA queiram romper com as alianças latino-americanas porque estas fortalecem a América Latina frente à ofensiva dos EUA. José Noronha ponderou que, sem essas alianças, é difícil resistir às pressões colocadas sobre nós. Prosseguiu dizendo que não temos outra saída senão defendermos uma sociedade diferente, com diminuição do consumo, ou caminharemos para a barbárie: ou socialismo ou barbárie.

Joaquim Piñeiro tratou a questão das alternativas ao desenvolvimento na perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o que para ele significa pensar o desenvolvimento do Brasil a partir de baixo. Piñeiro

comenta que nenhum processo de desenvolvimento antes do Partido dos Trabalhadores (PT) teve uma preocupação com a distribuição de renda. Para ele, é a primeira vez que se inaugurou um processo de desenvolvimento no Brasil, coordenado pelo PT, no qual percebe-se uma necessidade de inclusão social. Comentou em sua fala que tivemos avanços sociais e um deles é o SUS, que apesar de suas dificuldades e críticas existentes é o que garante o acesso das pessoas ao direito à saúde. Acredita que estamos vivendo um processo no qual precisamos pensar o próximo passo, mas que só será possível se Dilma vencer as eleições, senão viveremos retrocessos nos direitos sociais em um possível governo Aécio. De acordo com Piñeiro, não podemos pensar em desenvolvimento no Brasil sem pensar na questão da soberania e não podemos pensar em desenvolvimento nos colocando no papel de dependentes de outros países. Para ele, é necessário avançar e fortalecer a relação com nossos países vizinhos da América Latina e Caribe; considerar a solidariedade, tendo a ver com a questão da desigualdade; priorizar um desenvolvimento voltado para a distribuição da renda, da cultura e da educação; considerar que esse deve ser um desenvolvimento sustentável, o que não tem a ver com o impedimento de pensar em não avançar nas tecnologias, mas em pensar sobre como desenvolver pensando nas próximas gerações; e, por fim, pensar no tema da democracia, aqui nominada democracia ampliada, não unicamente representativa, considerando que não é possível falar em democracia no Brasil sem falar na importância da reforma política. Outra questão levantada por Piñeiro e que, segundo ele, não avança no País é a questão da reforma agrária. Alega que esse tema não é enxergado na possibilidade de promover desenvolvimento. Segundo Piñeiro, a reforma agrária possibilitaria avançar e muito na questão da desigualdade social, já que a concentração da terra no Brasil é a maior do mundo: 1% da população detém 90% da terra. Considera que não é possível falar em democracia com essa questão fundiária. Com relação à produção agrícola, afirma ser necessário um processo de transição no campo, para produzir alimentos para o povo através da agricultura familiar e não para produzir soja para alimentar o gado. Acredita que temos que produzir primeiro para alimentar nosso povo e só depois exportar. Também tratou da questão do uso de transgênicos, que está contaminando a terra, a água e os consumidores dos alimentos; da questão da industrialização, que na sua opinião o Brasil precisa começar a produzir o produto final para vender, ao invés de vender

apenas matéria-prima; e da questão da educação, que segundo Pinheiro, precisa-se no Brasil de uma educação no campo, para o campo, pelo campo. Somente com essas questões acredita ser possível construir um processo adequado de desenvolvimento no País.

Para Alexandre Saco, rebatedor da mesa, muitos de nós estamos convencidos de que o capitalismo e o neoliberalismo não nos levarão a nada, no máximo a nossa destruição, porém, acredita que não sabemos como mudar. Para o representante da Alames, existem diversas lutas, diversas demandas e diversos entendimentos dos que não se sentem representados pelo capitalismo nem pelo socialismo, o que, segundo ele, requer um processo de interpretação sobre a contradição entre capital financeiro e direito social, entre as diversas desigualdades existentes. Já o debatedor Pedro Celestino trouxe uma discussão sobre o fato de 20 anos após o colapso da União Soviética ter escutado nesse Seminário que o Imperialismo segue a ser nosso principal inimigo, que impede o desenvolvimento dos povos, que a questão da soberania é essencial. Acredita que voltamos então ao ponto que estávamos: restabelecer conquistas ou aprofundá-las. O desencanto popular com eleições é enorme, afirmou Pedro Celestino. Como exemplo, citou o caso da França, onde um candidato socialista eleito é capaz de ser mais conservador e retrógrado que seu opositor, que é de direita. Vê o avanço da direita fascista, na Europa e na América do Sul também, com grande preocupação. Já no caso dos EUA, comentou que a alternância de poder não se dá mais, ambos os partidos vivem sob a égide da direita fascista, os EUA vivem sob um regime policial desde 11 de setembro. Entende que as grandes deficiências que existem hoje para avançar propostas de transformação social e democrática na América do Sul são porque não se encontrou uma forma de articular a participação social com a participação do Estado, pois há uma tendência de cooptar a sociedade por parte dele, fragilizando e enfraquecendo a participação popular. Acredita, porém, não ser possível prescindir do Estado, pois ele é o indutor. Na sua opinião, sem o Estado somos muito frágeis, todas as mudanças que fizemos até hoje foi com o Estado e, para isso, é essencial que hajam organizações sociais que respaldem a ação desse Estado. Pedro Celestino também chamou a atenção para o perigo que se corre hoje na América do Sul, caso ganhe no Brasil o candidato da oposição. Segundo Pedro, o Brasil desenvolveu mecanismos de apoio mútuo e se a opo-

sição ganhar a América Latina corre um grande risco. Ponderou que o mundo vive um momento delicado, estamos, segundo ele, em um momento de guerra iminente e que há possibilidade de organizar outro modelo bipolar; com a formação dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China), porém, é possível que os EUA reajam a isso, inclusive com ameaça de guerra. Afirmou ser com alegria que vê a interpretação de que o imperialismo ainda é um grande inimigo. Diante disso, acredita que precisamos fazer um movimento de paz mundial para garantir os avanços e ao mesmo tempo nos permitir sobreviver. Acrescentou ainda que, hoje, sem planejamento econômico sustentável não iremos sobreviver, não restará um mundo para as próximas gerações.

Ao abrir a palavra ao público, foi feita uma solicitação para que a mesa comentasse sobre a conformação da esquerda brasileira e também dos demais países na América. Houve também questionamentos sobre se o caminho pelas políticas públicas seria a melhor solução ou melhor ir por fora; como diminuir a desigualdade; qual via de transição para o socialismo vamos escolher. A contradição central é capital versus trabalho, mas ela é escondida, afirma um dos participantes. Quais são as contradições que vão nos ajudar os próximos passos? Como fazer isso superando o rompimento da esquerda? A luta de classes não se dá na nossa cabeça, mas no mundo real. Precisamos conseguir descortiná-la. A presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro, recordou que em determinados momentos os partidos políticos estavam mais constituídos de intelectuais, sem estarem diretamente ligados às demandas sociais. Hoje, eles foram ocupados pelos sindicalistas. Os partidos foram ocupados com uma visão reformista e os movimentos sociais não estão mais vinculados aos partidos políticos. Entende que é essencial que os partidos se reencontrem. Para a presidente do Conselho Nacional de Saúde, a luta de classe é importante, mas é necessário agregar o que os movimentos sociais estão trazendo: os preconceitos, o fascismo, a violência existente. Alegou estar muito preocupada com o que conseguiram construir com um governo de esquerda e com o esfacelamento atualmente existente nos partidos de esquerda. A mesa de debate respondeu os questionamentos levantados pela plateia iniciando com a ponderação de Pedro Celestino sobre todos os partidos no Brasil serem movidos por lógicas regionais e eleitorais. Todos os candidatos eleitos têm máquina, têm dinheiro para se eleger. Na sua opinião, existe gente boa em vários partidos,

mas tem que ter uma estrutura de pensamento que unifique a luta de esquerda, pontos programáticos que possam servir de ponto de campanha permanente. Para Carlos Ocké, será necessário retomar essa pauta após as eleições: precisamos fazer um giro à esquerda do governo federal para construir um programa mínimo. Acredita que houve uma caracterização equivocada das manifestações de junho e afirma terem grandeza e maturidade para construir a unidade de esquerda, para derrotar de vez o neoliberalismo. Segundo Ocké, para acumular força social é necessário reconstruir uma expressiva força de base e parlamentar em defesa do SUS. O divisionismo, o sectarismo, presentes no movimento de esquerda internacional, precisam ser superados. Na sua opinião, é necessário estabelecer o diálogo com os movimentos sociais e com a multidão. Para José Noronha, na saúde, existem contradições sérias que dividem os universalistas utilitários do SUS e aqueles que têm planos privados de saúde, em que se inserem inclusive os servidores públicos. Noronha questionou sobre o que move a defesa do SUS e como fazer o universalismo avançar. Recordou que o eixo de base da Reforma de João Goulart era a Reforma Agrária, por isso sofreu tanta resistência. Hoje existe um esforço diário de desconstrução da política pela mídia. Após o dia 26 de outubro, entende ser necessário fortalecer um bloco à esquerda. Para Pedro Celestino, o que ficou dos movimentos de junho foi a pedagogia das ruas — se for para as ruas, a coisa muda. “Governo é igual feijão duro, só amolece na pressão”. Pondera que a natureza de governo é diferente da natureza de movimentos sociais de partidos. Mesmo com um governo que apoiamos, devemos também fazer as críticas necessárias para mantermos nossa autonomia. Alex lembrou que na Espanha, frente à crise, houve o fortalecimento do partido político chamado ‘Podemos’, originário dos movimentos sociais de rua e que já conseguiu eleger um candidato na última eleição europeia. Pensando no Peru, alega ter crítica também à esquerda orgânica: por se fechar em si, não abre os partidos, deixando a sociedade de fora. Em relação à saúde, acredita que a potencialidade do direito à saúde como instrumento de mudança é enorme, a maior política social é o cumprimento de um direito social que está previsto na Constituição. Essas lutas transcendem os países e acredita que, para potencializar esta lógica de sistemas universais, deveria ser aberto um espaço na Conferência Nacional de Saúde do Brasil para articular com os países da América Latina a defesa do direito à saúde.

A quarta mesa de debates, coordenada por Sarah Escorel (Cebes/Fiocruz), teve por título 'Conexão Por Outra Saúde'. Nela, Maria do Socorro de Souza (Presidente do Conselho Nacional de Saúde) abordou o tema 'Democracia participativa na saúde: o caso brasileiro'; Leonídio Souza Santos (Fiocruz) o tema 'O território, a cidade e a saúde na vida cotidiana das pessoas', e Áquillas Mendes (Associação Brasileira de Economia da Saúde – Abres) 'Políticas econômicas e sociais estruturantes para consolidar o direito à saúde'. Foram debatedores: Leticia Artiles (Alames) e Thiago Henrique dos Santos Silva (mestrando da USP). Maria do Socorro de Souza deu início a sua fala retomando o tema da reforma agrária. Comenta que ainda existe no Brasil um questionamento referente à necessidade ou não de fazer a reforma agrária. Entende que não vamos combater a fome e a miséria no País só com o Bolsa Família, precisamos avançar no processo de desapropriação de terras latifundiárias improdutivas. Para a presidente do Conselho Nacional de Saúde, temos uma cidadania ainda muito fragmentada: tivemos que lutar sempre pelo direito de ter terra, de poder votar. Consequentemente, as pautas de reivindicação estão fragmentadas. Hoje, tanto quanto nas cidades, nós temos no campo insegurança. Isso tem impacto na saúde e nos indicadores de desenvolvimento humano dos municípios mais rurais. Acredita ser essencial fortalecer os municípios e levar a saúde para esses lugares. É uma grande oportunidade de olhar o Brasil desigual, que precisa de uma ação do Estado, de presença forte de políticas públicas para garantir cidadania e desenvolvimento. Questionou sobre como pensar conexão com saúde, quando não se olha o território de vida e de luta das pessoas. Acredita que temos um modo ainda muito homogêneo de pensar as políticas públicas e que é interessante termos os novos movimentos sociais, novos grupos, participando da construção dessas políticas, nas Conferências de saúde, pensando o direito também em outras dimensões. Apontou a questão da intersetorialidade como essencial, pois precisa-se pensar saúde além do campo do Ministério da Saúde. Segundo Maria do Socorro, é necessário olhar os territórios de vida e de trabalho. Como fazer isso com a segmentação em diversos ministérios? Citou como exemplo a saúde indígena, que precisa de ação intersetorial, somente a saúde não consegue atender as suas necessidades. No seu entendimento, é preciso politizar a agenda da saúde, pois afirma haver ainda um corporativismo muito forte nos Conselhos. A Reforma do Estado, a ampliação do acesso na perspectiva do direito humano, a valorização do traba-

lho no campo da saúde, o financiamento adequado, a inovação tecnológica e científica e o fortalecimento da participação democrática são temas essenciais que, segundo a presidente do Conselho, serão tratados na XV Conferência. Maria do Socorro prosseguiu sua fala afirmando haver um distanciamento entre o serviço e a política pública. Se for para defender o SUS, segundo ela, é necessário garantir que desde a entrada as pessoas sejam informadas sobre o motivo da ausência do profissional, sobre o motivo da priorização. Considera que nós temos que estar dia a dia na unidade próxima da nossa residência e do trabalho politizando, acompanhando. Como essa política se materializa no dia a dia, é papel do Estado criar esse espaço. A presidente do Conselho Nacional da Saúde termina sua fala ressaltando o papel importantíssimo da Alames em todo esse debate. Entende que no mundo capitalista ainda falta muito para compreender a saúde como instrumento para o desenvolvimento, mas acredita que a luta cotidiana de muitos é para dizer que o atual modelo de capitalismo não é o que queremos.

Áquilas Mendes iniciou sua contribuição propondo pensar uma outra saúde. Para o representante da Abres, em uma luta pela saúde em sistemas universais de saúde lhe parece importante refletir esse tema no contexto do capitalismo contemporâneo e na natureza da sua crise. Na sua opinião, o economista sozinho não explica a crise do capitalismo. Para tratar disso, dividiu sua fala em três grandes temas: 1º) capitalismo contemporâneo e a crise do capitalismo; 2º) o Brasil e as restrições impostas e 3º) lançar ideias sobre agenda de enfrentamentos. Áquilas Mendes referiu que estamos em um processo eleitoral sem que a crise tenha finalizado — já são seis anos. Ela está impactando muito mais forte na Europa, mas isso significa também redução de salários dos trabalhadores públicos; o crescimento das taxas sobre aposentadorias; rediscussão sobre o direito à saúde. Tudo isso, segundo ele, tem questionado a capacidade dos Estados de pagarem as dívidas — que parece ser a única preocupação. A mídia burguesa tem propagado de forma alarmante a crise. Comentou que nos últimos 40 anos assistimos duas grandes tendências que nos ajudam a explicar a crise. A primeira é a Lei tendencial da queda da taxa de lucro, conforme Marx já havia demonstrado. No momento em que essa queda ocorre, desde 1947 até o momento atual, a queda da taxa de lucro das grandes economias, sobretudo a americana, vem caindo e isso porque investiram muito em tecnologias, gerando uma cri-

se de hiperacumulação e, conseqüentemente, crise de queda de lucro. Existe uma pequena recuperação com o neoliberalismo. Marx mostrou que existem três formas de enfrentar a crise: a) achatamento dos direitos sociais e dos trabalhadores; b) buscar novas linhas de produção e novos espaços — houve um deslocamento para a China; e c) enfrentamento na taxa de juros, o capital torna-se fictício, baseado em títulos da dívida, mercado de derivativos. Na sua visão, o mal não é o capital financeiro, mas o entrelaçamento entre os tipos de capital. A crise não é financeira, é do capital. Exemplos: títulos das dívidas — na Europa: U\$ 22 trilhões para 42 trilhões em 6 anos. Para entender essa questão, indicou o filme “Capitalismo: uma história de amor” do diretor Michael Moore. Áquilas Mendes prosseguiu dizendo que nem Lenin, no seu livro “Imperialismo”, poderia jamais imaginar que o capital estaria neste momento nesta fase tão avassaladora. A segunda grande tendência destacada por Áquilas Mendes são os efeitos da Crise, a alta taxa de desemprego, baixo crescimento econômico dos países, o que demonstra que a crise se arrasta, mesmo com as medidas tomadas. Segundo o expositor, não dá para aceitarmos uma defesa do direito à saúde baseada no tripé econômico: inflação baixa, superávit primário e câmbio flutuante. A questão do superávit primário é séria: 44% do orçamento da união está vinculado ao pagamento dos juros e da dívida. A DRU retira dinheiro das políticas sociais para o capital e isso tem que acabar. Mendes afirma que essa via de consumo, de capitalismo, já está esgotada e que precisamos de um novo modelo de desenvolvimento, mas no contexto do capitalismo contemporâneo, não nos iludamos. Sabemos que o Estado está sendo apropriado. Quem quer lutar por direitos sociais terá que ser nos movimentos não institucionalizados. Referiu que na área da saúde o tema principal tem sido que os Tribunais de Conta, que disseram que não daria para eles continuarem a passar dinheiro para as Organizações Sociais (OSs), que teriam que fazer concurso público. Mas afinal, de que SUS estamos falando? As condições de trabalho são, para Mendes, essenciais de serem questionadas para avançar em outro campo da saúde.

Leonídio Souza Santos, ao tratar o tema ‘O território, a cidade e a saúde na vida cotidiana das pessoas’, iniciou sua fala questionando sobre que outros instrumentos devem ser estimulados para ampliar o direito à saúde? Segundo o pesquisador da Fiocruz, a gestão das cidades, a partir dos interesses

dos grandes negócios, coloca para as famílias, especialmente para as mais empobrecidas, a pergunta: para quem é a cidade? Apresentou dados da cidade do Rio de Janeiro, onde 22% da cidade é favela. Informa que se pudéssemos somar diversas ilhas e favelas dentro da cidade do Rio de Janeiro, essas somariam 723. A favela de Manguinhos poderia ser uma das maiores cidades do Brasil, é maior que 98% dos municípios brasileiros. O território de Manguinhos é um retrato excludente e conservador: apenas 3% de sua população tem ensino superior, expectativa de vida de 57 anos, é considerada uma faixa de gaza, criminalização dos territórios empobrecidos. Com esse quadro, questiona-se como pensar a participação social. Comenta que pensou-se em construir um conselho gestor que dialogasse de forma intersectorial, a partir do estímulo, da indução por setores e segmentos da sociedade, para discutir a partir da visão da sociedade a questão da saúde, entendendo que a questão não é simples. Essa sociedade muitas vezes é controlada pelo crime. Segundo Leonídio, o que se questiona é como vou participar se aprendi a obedecer? Como vou avaliar se aprendi a nem olhar? Aprenderam pela educação do terror. Acontece um emudecimento dessa população. É neste contexto que surgiu a possibilidade da pacificação, ao retirar as armas da região. O pesquisador da Fiocruz entende que pensar saúde urbana é central, não relacionado somente a serviços, mas como estes podem identificar as situações da população no território. Acredita que é central discutir essas relações de poder a partir do território.

A debatedora Letícia Artilles ponderou que o tema do território é fundamental para conseguirmos de fato considerar a equidade, planejar de acordo com as necessidades locais da população. Entende que quando se fala em território não podemos deixar de falar em classes sociais. Acrescenta ainda que também existem diferenças de gênero. Para necessidades diferentes, devem existir diferentes respostas. Acredita que os movimentos sociais têm que estar preparados para serem auditores sociais também, não podem ser aparelhados pelo governo. Na sua opinião, é essencial que a agenda da saúde tenha que ser política. Outra questão que entende ser importante e que não foi tratada anteriormente é o direito à diversidade. O debatedor Thiago Silva ponderou que ao falarmos de saúde temos que dizer de que saúde estamos falando. Entende que há uma diversidade enorme sobre a saúde e que um quarto da população hoje, usuária de planos de saúde, não tem o

SUS como pauta, exceto quando é pauta da mídia ou em período eleitoral. Com os planos de saúde de baixíssimo custo, cada vez mais se perde a base popular que se importa de fato com o SUS. Para Thiago, isso nos coloca diante de um grande problema: estamos perdendo uma base social que, quiçá, um dia tivemos. A saúde é vista como direito a consumo de saúde e não como direito universal da saúde. Outra questão que trouxe Thiago é que temos um sistema de saúde que é muito segmentado, tanto o SUS como os planos de saúde. A emergente classe média, que na verdade é uma grande classe trabalhadora, está entrando despolitizada no mercado. O que estão querendo é plano privado. Quanto mais criam OSs, mais criam atores políticos que vão disputar a saúde. Thiago levantou uma provocação sobre o que pensamos a partir disso. Seria um pessimismo na análise para depois partir para o otimismo. Ponderou que mesmo que Dilma ganhe o panorama não vai mudar muito. O debate que está posto é a disputa de dois blocos de poder: neoliberalismo e neokenesiano. Na sua opinião, não há saída a curto prazo, será preciso construí-la. Entende que é preciso fazer uma análise minuciosa de como as frações de classe ocorrem aqui no Brasil. O Mais Médicos não é política estruturante, na sua opinião, e a saúde da classe dominante já está colocada pelo FMI.

Após a quarta e última mesa do Seminário, houve uma exposição com representantes das candidaturas a presidência do Brasil. Os representantes foram Ana Paula Soter, secretária executiva do Ministério da Saúde – MS (representando a candidatura de Dilma Rousseff) e Marcus Pestana, deputado federal (representando a candidatura de Aécio Neves). Com o término do debate, houve a apresentação e aprovação da Carta do Brasil.